

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

RELATÓRIO DE VIAGEM AO PI CAMICUÃ
BOCA DO ACRE - AM

CEDI - P. I. B.
DATA 23 / 12 / 86
COD. APD 46

INTRODUÇÃO

Em cumprimento a Portaria 596/E de 08.08.79, apresentamos a seguir, relatório resultante de nossa viagem ao Município de Boca do Acre AM., com a finalidade de redefinição da área do PI Camicuã, composto dos seguintes elementos:- Aureo Araújo Faleiros, Engenheiro Agrimensor - DGPI; Ronaldo Oliveira de Lima - Chefe do PI Boca do Acre e Ana Maria Lange - Antropóloga - DGPC.

Tendo em vista a situação de conflitos constantes entre índios - brancos na área, e mais recentemente conflitos índios-índios que envolve basicamente a questão da terra, faremos um breve histórico deste PI, baseado em relatórios existentes na sede da Ajudância do Acre.

HISTÓRICO

No Município de Boca do Acre, habitam espalhados pelas margens do rio Purus e estrada BR 317, cerca de 2.000 índios Apurinã e Jamamadi, mantendo contato com o homem "civilizado" desde o final do século passado, quando chegaram por aquelas bandas, os primeiros exploradores de borracha, intrépidos cearenses, que fugindo da seca nordestina, aventuraram-se de amazônia a dentro, a procura de melhores locais para a instalação das empresas seringalistas.

Na instalação dessas empresas seringalistas, o invasor das terras indígenas, utilizando-se de armas de fogo e outros sistemas violentos, foi dominando os índios e consequentemente alijando-os de seus domínios territoriais.

Tribos inteiras foram esfaceladas e as famílias índias distribuídas pelos seringais, onde o seringalista, passava a ter poderes de vida e morte sobre eles.

O índio, face a nova situação imposta pelo usurpador de suas terras, passou da condição de senhor, para a de simples trabalhador do seringal, num regime de semi-escravidão.

Os índios eram utilizados como mão-de-obra nas tarefas de derrubadas, plantio de roças, colheita de castanha, extração de borracha e, como carregadores de peso em troca de irrisórios pagamentos e a permissão para morar nas terras do seringal.

As mulheres Apurinã eram utilizadas como empregadas domésticas, lavadeiras e como "aventuras" para os filhos do seringalista e seus amigos. Situação que ainda perdura nos dias de hoje.

Com a decaída da empresa seringalista, alguns seringais daquela região, foram vendidos a empresários do sul do país que passaram a introduzir na área, o sistema de fazendas, com criação de gado.

O relacionamento entre os índios e os patrões, aparentemente não demonstrava qualquer atrito, entretanto o índio nunca tinha vez, sendo sempre tratado como um mentiroso, cachaceiro, preguiçoso e ladrão. Quando acontecia algum roubo, era imputado imediatamente aos índios, que sofriam represálias da polícia ou até mesmo dos próprios seringalistas. Sem nenhum ato legal que provasse o crime, eram presos e sofriam punições, com açoites de cipó ou palmatória. Os índios ainda hoje têm um temor mortal dos patrões e da polícia. Eram e são discriminados como pertencentes a uma raça inferior.

Em junho de 1976, dois funcionários da FUNAI, José Carlos dos Reis Meirelles e Célio Horst, mais um agente do DPF, Jailson Ramos Correa, estiveram em Boca do Acre e de seu relatório, datado de 20/06/76, endereçado ao Chefe da Ajudância da FUNAI no Acre, há a sugestão para que ali se crie um Posto Indígena, visto haver duas aldeias próximas a cidade de Boca do Acre, nas localidades de Terra Firme e Monte Verde. O relatório foi posteriormente, encaminhado ao Presidente da FUNAI e chegou-se a um consenso sobre a criação de um Posto Indígena para atender índios Apurinã, em número de 111 que habitavam aquelas duas

MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

= 03 =

localidades e, por sugestão dos próprios índios conhecedores da região, poderia ser criado até uma reserva abrangendo toda a área de posse imemorial do grupo, abrangendo uma área de aproximadamente 42.000ha.

Com a implantação do PI que compreende também a ocupação e delimitação de terras, surgiram pessoas descontentes dando origem a um relacionamento declaradamente hostil entre a população índia e não índia do Município que ia desde ameaças de agressão física, empurrões e proibições aos índios andarem em determinados logradouros públicos até por diversas vezes, mesmo pagando, os índios foram jogados fora de um único ônibus existente naquele Município, sob alegação de que são "caboclos da FUNAI" e que não devem utilizar aquela condução.

Como já dissemos a discriminação já existia antes mesmo da FUNAI atuar na região, entretanto face a uma mudança de atitude do Sr. Prefeito Valdir A'vila, já que haviam "proprietários" prejudicados com a instalação do Posto, o relacionamento agravou-se, criando por conseguinte um ambiente de perigosa intranquilidade, chegando mesmo o Sr. Prefeito Municipal a declarar em discurso pronunciado quando da inauguração de uma agência bancária que renunciaria ao cargo de Prefeito, caso a FUNAI continuasse o propósito de delimitar áreas indígenas em seu Município. Afirmou ainda o Sr. Prefeito que a FUNAI estaria atrapalhando o progresso de sua cidade e que louvava as atitudes e as pessoas invasoras de terras indígenas, que eram responsáveis pela vinda do progresso daquela região.

Estas declarações foram feitas em público para mais de uma centena de pessoas, aumentando a tensão já existente entre os não índios e os Apurinã e Jamamadi.

Na pequena cidade de Boca do Acre, existe um sistema de amplificador pertencente a Prefeitura Municipal, que serve de meio de divulgação dos atos e medidas do Sr. Prefeito, que foi usado mais de uma vez para realizar pronunciamentos tendenciosos, levando aos não índios informações que poderiam criar problemas entre eles e os índios. Além, de procurar desmoralizar o trabalho da FUNAI e denegrir a imagem do órgão.

173

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

A população depois de tais declarações conti-
nuou a realizar provocações aos índios, chegando inclusive, um
funcionário do Sr. Prefeito a agredir um índio a bofetões sem
nenhum motivo justificável (fato denunciado à polícia local).

Com a chegada da FUNAI na área e a consequen-
te aplicação das leis que protegem o silvícola, encontrou-se na
região uma forte resistência na instalação dessa unidade, primei-
ro porque iria disciplinar o relacionamento de não índios com ín-
dios, acabando com a exploração da mão-de-obra e os abusos exis-
tentes, segundo porque seriam como estão sendo, definidos glebas
de terras destinadas aos índios, indo de encontro aos interesses
de latifundiários, especuladores e "grileiros".

Em Boca do Acre, costumeiramente eram cometi-
dos sem nenhuma punição, toda sorte de delitos contra os índios.
Com a chegada da FUNAI na área e utilizando meios legais, foram
apresentadas várias denúncias contra criminosos bocacrenses. Exem-
plificando: o Sr. Adão Nunes Barbosa, vulgo "mineirinho" que se
diz proprietário de terras em Boca do Acre e que englobam parte
das terras destinadas aos Apurinã foi eleito no último pleito,
vencedor pela ARENA. Este mesmo Senhor, antes mesmo de sua candi-
datura, foi indiciado como criminoso, pela PF, através de denún-
cia por parte do Chefe da AJACRE Porfírio de Carvalho, enquadra-
do em vários artigos do código penal. Além, de ter praticado re-
quintos de crueldade com o índio João Apurinã que além de dar-
lhe uma surra com cipó títica, derramou gasolina em seu corpo e
ameaçou atear fogo.

A população não índia de Boca do Acre, é com-
posta de pessoas humildes e face ao isolamento em que vivem e ao
baixo nível escolar, é de uma ingenuidade a toda prova. E por is-
so facilmente manipulados por homens influentes e proprietários
de terras do lugar.

Posteriormente a criação do PI Camicua, o Pre-
feito daquele Município e a Câmara de Vereadores endereçou ao en-
tão Presidente da FUNAI, um relatório sobre a situação das ter-
ras indígenas, exigindo uma definição por parte da FUNAI. Tendo
em vista, o conteúdo da carta, o Sr. Presidente instituiu uma

[Handwritten signature]

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

comissão formada pelos Srs. Raul Castro Martins - INCRA, Álvaro Augusto Loureiro Delota - CNA e Alypio Levay - FUNAI com a finalidade de estudar o problema das áreas indígenas de Boca do Acre e apresentar relatório, tendo em vista o decreto nº 76.999 de 08/01/76.

A comissão contou ainda com o apoio do Sr. Agnaldo Antônio de Souza, vereador da ARENA, para acompanhar e orientar a equipe nos seus deslocamentos pela região, que após verificarem a documentação de diversos proprietários, chegaram a conclusão sobre a área a ser demarcada para aqueles índios, que teria o seguinte descritivo:

NORTE - Partindo do ponto de coordenadas aproximadas $67^{\circ}43'35''$ WGr e $08^{\circ}32'20''$ S situado na confluência do igarapé sem nome afluente da margem direita do igarapé São Francisco e por este igarapé abaixo pela margem direita até a sua confluência com o rio Inauini.

LESTE-SUL - Deste ponto, desce o rio Inauini pela margem direita até a confluência do Igarapé Preto; daí, segue por uma linha reta e seca de aproximadamente de 19Km ao rumo de $36^{\circ}00'$ SE até o ponto de coordenadas aproximadas de $67^{\circ}27'45''$ WGr e $08^{\circ}41'16''$ S situado na margem esquerda do igarapé sem nome afluente da margem esquerda do rio Purus; daí, segue por outra linha reta e seca de aproximadamente 6Km ao rumo aproximado de $83^{\circ}00'$ SE até o ponto de coordenadas aproximadas de $67^{\circ}24'24''$ WGr e $08^{\circ}41'30''$ S situada na confluência do igarapé sem nome afluente da margem esquerda do rio Purus e por este rio acima pela margem esquerda até o ponto de coordenadas aproximadas $67^{\circ}24'30''$ WGr e $08^{\circ}43'25''$ S.

OESTE - Deste ponto segue por uma linha reta e seca de aproximadamente 3,4Km, no rumo de $81^{\circ}30'$ NW, margeando a cabeceira norte da antiga pista de pouso do Município de Boca do Acre até o ponto de coordenadas aproximadas de $67^{\circ}26'20''$ WGr e $08^{\circ}43'08''$ S, daí, segue por outra linha reta e seca de aproximadamente 39,0Km, no rumo de $57^{\circ}00'$ NW até a confluência do igarapé sem nome, afluente da margem di

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

= 06 =

reita do igarapé São Francisco, ponto inicial do presen
te descritivo.

Esta área toma para os índios, apenas par
te de Monte Verde, Terra Firme, não admitindo nada para os ín
dios que habitam o seringal Bem Posta, índios estes que têm como
patriarca Alfredo Gonçalves. O seringal tem seu título definiti
vo datado de 1898 e tem uma área de apenas 1800ha, com um períme
tro de 18km.

Conforme, está configurado nas documenta
ções existentes junto ao INCRA de Boca do Acre, as "colocações"
Centro Grande e Buenos Aires, estão fora do perímetro da Bem Pos
ta. Logicamente, estão fora da área titulada em 1898, mas no ca
so de ser constatada a necessidade da área em questão para a so
brevivência do grupo Apurinã, baseado na Lei 6.001; tal área po
deria vir a ser anexada a reserva delimitada, visto no trabalho
da comissão INCRA/FUNAI/CNA, esta área ter ficado de fora da re
serva, especialmente visto o Art. 25 da referida Lei.

Todavia, o Sr. Mário Diogo de Melo, basea
do na tradição local de que aquela área estaria dentro do serin
gal Bem Posta e acreditando ser de sua propriedade, mesmo seu
título definitivo, iniciou uma derrubada, para plantação de pag
tagem, com financiamento do Banco do Brasil. O índio Alfredo, ao
ver o local onde trabalhara durante mais de 30 anos ser depreda
do (derrubando-se seringueiras e castanheiras), fez queixa ao en
tão Chefe do PI, que juntamente com 32 índios armados foram até
o local embargaram a derrubada e se apoderaram do material utili
zado na dita derrubada, além de expulsar do local 11 homens que
estavam trabalhando para o Sr. Mário Diogo de Melo.

Face à situação e observando o Art. 25, e
32 da Lei 6.001, Antônio Pereira Neto, Chefe da AJACRE apresen
tou um documento a FUNAI, solicitando alteração na área delimita
da para o PI Camicuã, anexando a ela esta parte das terras, que
ficara de fora da delimitação efetuada pela comissão FUNAI/INCRA/
/CNA.

A presidência da FUNAI, instituiu então um
grupo de trabalho para estudar in loco a situação, designando uma

MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

= 07 =

comissão formada pelos servidores Antônio Pereira Neto - Chefe da AJACRE, José Jaconias Araújo - ASPLAN, Walter Ferreira Mendes - DGPI.

O relatório dessa comissão, datado de 27 de julho de 1978, propõe uma solução alternativa entre a proposta originalmente feita pela comissão FUNAI/INCRA/CNA e a dos índios.

Alternativa -, "conforme se verificou na área, os índios do PI Camicua se mantêm numa posição irrevogável de manterem o Centro Grande do Alfredo e que a linha demarcatória sairia do limite sul do campo de pouso. Essa linha prejudicaria demais os pequenos moradores brancos da Terra Firme. O Chefe da AJACRE e este GT., acreditam que se houver um corte, não partindo do extremo do campo de pouso, mas de sua metade, numa linha perpendicular ao eixo da pista (rumo 90°W) até o igarapé do Centro Grande, e daí descer pela margem direita deste, até atingir a "colocação" do índio Alfredo e daí por uma linha reta e seca, até encontrar o igarapé que seria limite na proposta anterior. Esta alternativa seria criticada demais pelos índios, inclusive, recomenda-se que o pessoal que for fazer a demarcação, tenha pelo menos nos primeiros dias, proteção policial. Antes, o pessoal da AJACRE tentaria de todas as formas, convencer os índios da viabilidade dessa proposta pois coloca dentro da área, o Centro Grande. Apesar, de a princípio ficarem irritados, os índios, com o passar do tempo, aceitariam tal proposta.

Com relação, a comunidade envolvente civilizada livraria uma grande faixa de terras para o cultivo do pessoal da Terra Firme e adjacências, o que minimizaria as pressões. O único prejudicado de fato seria o Sr. Mário Diogo de Melo, porque sua área, lamentavelmente coincide com a "colocação" do Alfredo".

Segundo, relatório do Chefe de Posto Daley Cardoso da Silva, na época em que se iniciou a demarcação do Posto Indígena (out. de 1978), os índios daquela comunidade viviam unidos e em harmonia sob a liderança do índio Alfredo e tinham todos o mesmo objetivo, ou seja, querer a área dos castanhais e

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

seringais a qual abrange as colocações Centro Grande, Buenos Aires, São Miguel, Santa Luzia, Campo Grande, São Francisco, Gargalho, Centro Novo e Centrinho.

Na época, queriam esse pedaço de terra a qualquer custo, visto ser dali que o índio Alfredo e seu grupo familiar, de cerca de aproximadamente 50 pessoas, tiravam seu sustento há décadas.

Quando em 23/10/78, o Chefe do PI e os Agentes da PF que se encontravam na área, foram surpreendidos com a chegada do Topógrafo da PATRÉRY, firma demarcadora. Os índios da aldeia Terra Firme não aceitavam que ele demarcasse a área como determinara a FUNAI. Com muito custo conseguiram que os índios dessem sinais de cordialidade e concordaram que poderiam continuar os trabalhos, desde que a FUNAI voltasse atrás e consertasse o erro que a mesma havia cometido na demarcação, endireitando a linha, pois assim como estava beneficiava apenas o Sr. Mário Diogo de Melo.

Este descontentamento, foi até quando souberam que uma equipe da FUNAI, de Brasília se encontrava em Boca de Acre, exigindo que a FUNAI demarcasse a área que eles precisavam ou então não deixariam que os serviços prosseguissem. A equipe resolveu fazer um estudo da situação, entrando posteriormente, em contato com o Presidente da FUNAI e, em decorrência, recebeu autorização para paralisar a demarcação até a ida de um grupo de estudos para reexaminar a área.

Outro envolvimento entre Apurinã e trabalhadores do Sr. Mário Diogo de Melo deu-se em maio de 1979. Sr. Mário Diogo, resolveu mais uma vez dar continuidade as derrubadas, no mesmo local do ano anterior. Quando os Apurinã souberam, sob liderança do índio Alfredo armaram-se de espingarda e impediram a continuidade dos trabalhos de derrubada. Segundo declarações do índio Marechal, fizeram isso em defesa das suas seringueiras e castanheiras que estão sendo destruídas com o desmatamento que o Sr. Mário Diogo mandara fazer. Por outro lado o "proprietário" Mário Diogo acha que a reivindicação dos Apurinã sobre a área denominada "Centro Grande", parte do seringal "Bem Posta", não tem

Melo

fundamento, pois a dita área lhe pertence por herança. Mais uma vez houve muita discussão e ameaças de ambas as partes consequentemente interferência da FUNAI e Polícia Federal.

Segundo ainda declarações dos Apurinã, estão decididos a exigir que seja incluído à área do PI Camicuã a área de suas reivindicações, na qual abrange parte da área dita como de domínio do Sr. Mário Diogo de Melo e parte dita como do Sr. Adão Nunes Barbosa.

Já nesta época (maio 79), o funcionário designado pela FUNAI para apurar os fatos levanta em seu relatório a necessidade de uma definição rápida dos limites da área, pois tanto o grupo indígena como a população envolvente questionavam a lentidão por parte da FUNAI em tomar decisões.

SITUAÇÃO ATUAL

O clima que a comunidade deixou transparecer durante nossa estada no Posto Indígena, foi o de uma comunidade em total desarmonia, inclusive sentimos que o grupo, antes coeso e consciente de seus problemas, hoje se encontra desarticulado não apresentando mais aquela unidade que existia. Conseguimos captar uma divisão em três facções: uma liderada pelo índio Alfredo, que mantém segura suas antigas reivindicações, ou seja, lutar a qualquer custo em defesa da posse de suas terras, mais especificamente, as colocações Centro Grande, Buenos Aires e outras; em oposição a do Alfredo, seguindo orientação e apoio do ex-Chefe do PI, Antônio Couto Fonseca; e uma terceira assumindo uma posição de neutralidade. Para a segunda facção, Alfredo e seus adeptos não valem nada, são uns vigaristas que estão atrapalhando o serviço de demarcação e consequentemente, o desenvolvimento da comunidade. Alegam para isso, que Alfredo tem que prescindir da idéia de ser índio e passar a ser exatamente como o Chefe do PI diz, ou seja, aceitar as imposições dos poderes político e econômico de Boca do Acre e aceitar propostas com relação às terras. Falam inclusive, os índios que pertencem a esta facção, que a presença do Sr. Antônio na área é imprescindível, pois se Antônio sair da área, consequentemente levará consigo a Bomba D'Água doada pela FUNAI, as cadeiras escolares doadas pela Pre

feitura de Boca do Acre, privando-os assim de certo conforto.

Notamos que existe um forte jogo político dentro da aldeia Terra Firme, pois os dois grupos que se opõem estão sempre voltados para a animosidade, inclusive havendo pressão psicológica sobre o grupo de Alfredo. Antes de ali chegarmos, segundo informações, o mesmo tinha sido pressionado pelo índio Joãozinho a aceitar dinheiro que possivelmente, alguém iria lhe propor para que ele abrisse mão de parte da área sob domínio do grupo. Joãozinho, aconselhava Alfredo a não recusar tal tipo de oferta, pois recusando não teriam mais a ajuda do Prefeito de Boca do Acre e de pessoas de melhores condições econômicas do Município. Revoltado, Alfredo sentindo-se traído por seus próprios parentes pegou sua espingarda e, se não fosse sua nota Maria Helena, o mesmo teria se matado, alegando para isso o desespero, pois avisado para deixar de ser índio, vender sua terra e além do mais, esse conselho partindo de um índio que sempre o havia ajudado em defesa do que lhes pertence, lhe deixou desesperado.

Apesar de termos saído de Brasília na sexta-feira, dia 10 de agosto, só conseguimos chegar a Rio Branco, no sábado, pois alguns contratempos nos prenderam em Cuiabá.

Nossa chegada coincidiu com a posse do novo Chefe da Ajudância, Delson Vieira. Naquele mesmo dia, foi marcada uma reunião na sede da AJACRE, onde seriam discutidos todos os problemas que vem envolvendo a comunidade indígena do PI Camicuã.

Por informações chegadas a Brasília, já sabíamos que haviam estado em Rio Branco, entre adultos e crianças, 50 índios Apurinã do PI Camicuã, liderados pelo índio Joãozinho, que exigia um encontro com o Presidente da FUNAI. Indagado pelo então, Chefe da AJACRE Afonso Signatário, sobre qual assunto gostaria de tratar com o Presidente, o referido índio informou que não diria a ninguém. Antes da reunião com o Chefe da AJACRE, fomos até a Casa do Índio, numa primeira tentativa de aproximação com Joãozinho e mais sete índios que haviam permanecido em Rio Branco, pois o restante já havia retornado a área. Tentamos montar o motivo que nos havia levado até a área, qual seja - defi

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

n. 11

nir com a comunidade a questão dos limites da reserva. Joãozinho, após algumas discussões concordou em se reunir conosco.

Dirigimo-nos à Ajudância, onde reunimos com Afonso Signatário (ex-Chefe da AJACRE), Delson Vieira (Chefe da AJACRE), Ronaldo Lima de Oliveira (Chefe do PI Boca do Acre), José Carlos dos Reis Neirelles (Chefe do PI Mamoadade), Aureo Araújo Faleiros (DGPI), Ana Maria Lange (DGPC) e Anacleto (novo Chefe do PI Camicuã). Questionamos Afonso, sobre o que efetivamente estava acontecendo com os Apurinã, o porque da insatisfação dos índios. Afonso explicou a chegada dos índios em Rio Branco, com um único propósito - ir a Brasília. Consultou o DGO, quando foi informado que a comissão se dirigia a área.

A atitude do então Chefe da Ajudância, foi comunicar a Polícia Federal, pedindo que interrogassem os índios, não sabendo até o momento dos resultados.

Outros participantes da reunião que haviam conversado com os índios Marechal e Francisco, recém chegados de Brasília, disseram que os Apurinã, iriam pedir ao Presidente a volta do antigo Chefe do Posto Indígena Camicuã Antônio Couto Bonseca - Aldeia Terra Firme (demitido em 16/07/79) e a permanência do sertanista Paulo Álvaro - Aldeia Monte Verde que havia pedido demissão.

Em seguida, conversamos com Joãozinho, que só permitiu a presença do engenheiro Aureo do DGPI, Delson - Chefe da Ajudância e Ana Maria do DGPC, pedindo a retirada dos outros funcionários. Acompanhava-o Alcinda, professora contratada pelo MOBRAL na Aldeia Monte Verde, seu pai José Vieira da Silva, Lourival e Agostinho, todos Apurinã. O início da reunião se deu num clima tenso, já que Joãozinho, assim como Alcinda se mostravam irredutíveis na posição de irrom a Brasília, por já não confiarem mais nas pessoas que representam a FUNAI na Ajudância. Delson argumentou estar assumindo aquele dia a AJACRE, assim como o novo Chefe de Posto, pedindo um voto de confiança aos índios, prometendo dentro do possível resolver todos os problemas da comunidade.

Joãozinho líder desta facção do grupo, colocou a sua visão dos problemas que vinham envolvendo a comunidade:

- Não aceitavam a saída do Chefe de Posto Antônio Couto Fonseca, alegando ser o único Chefe até agora que conseguiu:
 - a) - carteiras para escola;
 - b) - bomba d'água e mangueira;
 - c) - coturnos e quepes para os índios;
 - d) - grandes derrubadas para plantio de roça, interrompido com sua saída;
 - e) - e muitas promessas.
- Acusavam a Irmã Marina (Cimi Boca do Acre) de só causar a discórdia na comunidade, colocando uns índios contra os outros.
- Acusaram o índio Alfredo (líder de outra facção) de usar o barco dado a comunidade, apenas a seu proveito e de sua família, e quando outros índios precisam cobra 50,00 a passagem até a cidade de Boca do Acre.

Como resultado desta reunião, Delson afirmou que a FUNAI se responsabilizaria pela continuidade dos trabalhos de derrubada e fornecimento das sementes (arroz, feijão e milho) necessárias. Assim, em trabalho conjunto com Chefe de Posto e a equipe ali presente, procuraria solucionar todos os outros problemas que vêm envolvendo a comunidade e que conseqüentemente, os trabalhos do Posto não sofreriam problema de continuidade.

Diante do exposto, os índios aceitaram retornar a aldeia com o grupo de trabalho e fazer suas reivindicações junto com toda comunidade.

Ficou combinado que sairíamos na manhã seguinte (12/08) com os nove índios que haviam permanecido em Rio Branco. Chegando a Boca do Acre nos dirigimos a aldeia Terra Firme, onde os índios exigiram de imediato uma reunião, que segundo Joãozinho - "para acabar com os mal entendidos entre as facções do grupo".

A princípio os participantes da reunião concordaram, em dois pontos fundamentais:

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- necessidade de demarcação imediata da área, de acordo com reivindicações dos próprios índios;
- continuidade dos trabalhos de derrubada para plantio das roças.

Na manhã seguinte, seguimos para Aldeia Monte Verde, onde fomos a casa do responsável pela aldeia - o sertanista Paulo Álvaro, discutindo a necessidade de reunirmos a comunidade. Nesta reunião onde participaram todos os índios da aldeia, mais alguns da Terra Firme como Narchal, Francisco, Alfredo e outros. Os índios colocaram suas preocupações quanto às constantes invasões de suas roças por gado e porcos do Sr. Adão Nunes Barbosa, além de se mostrarem preocupados com o fato de que provavelmente os Srs. Mário Diogo de Melo, Adão Nunes Barbosa e Sr. João de tal que se diz proprietário de uma fazenda próximo ao seringal Bem Posta, iriam tentar impedir a demarcação. Como os índios, temem inclusive uma ação violenta daqueles senhores pedem que lhes seja dada proteção policial. Falaram ainda que a aproximadamente (3) três dias um boi do Sr. Adão Nunes Barbosa havia invadido suas roças na praia e o índio Valdemar o matou.

Terminada a reunião retornamos a casa do Sr. Paulo Álvaro, onde ele nos colocou não poder continuar o trabalho porque a maioria da comunidade não quer trabalhar. Acha o Apurinã um índio muito difícil de lidar, na medida em que mora muito próximo a cidade, e já assimilou todas as "manias" do branco. Diz que o desgaste nestes oito meses que permaneceu na aldeia foi muito grande não conseguindo nenhum resultado nem ao nos unir a comunidade, fez vários benefícios: uma escola, roçado de 20ha., viveiro com mudas de cajueiro, coco, maracujá, cupuaçú, graviola; mas os índios não colaboraram com o Chefe de Posto.

- "Quem não guenta arreda do meio" - são as palavras do Chefe de Posto".

Continuando o diálogo com Sr. Paulo, e falando sobre a derrubada, a qual não poderia sofrer problemas de continuidade, obviamente para não atrasar o plantio, o mesmo se dispôs a permanecer na área por mais alguns dias, e com uma motosserra de sua propriedade concluiria os trabalhos.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Em seguida Aureo, Ronaldo e os Apurinã Piau, Valdemar, Marechal, Francisco, Martins e Roberto seguiram para rever o limite norte da reserva onde os índios indicaram a localização de um cemitério - atrás da sede da atual Fazenda do Sr. Adão Nunes Barbosa, mostrando o local por onde deve passar a divisa, aproximadamente 2Km do limite anteriormente definido no sentido sul-norte (em anexo memorial descritivo).

Na manhã seguinte fomos a cidade de Boca do Acre, para informar à Ajudância de Rio Branco o dinheiro necessário para o prosseguimento dos trabalhos de derrubada e aquisição de sementes que seria:

- derrubada Aldeia Terra Firme	CR\$ 20.500,00
Aldeia Monte Verde	CR\$ 10.000,00
- 6 sacas semente de arroz	CR\$ 1.500,00
- 4 sacas semente de milho	CR\$ 2.250,00
TOTAL	CR\$ 34.250,00

Fizemos o levantamento das famílias que ocupam uma área titulada da Prefeitura Municipal de Boca do Acre - limite sul da reserva - contou-se 27 famílias com um total de pegoas que residem no local por um tempo que varia de 3 a 30 anos. Essas famílias possuem pequenos roçados de subsistência ao redor de suas casas com culturas como cana, milho, mandioca, etc. Foi encontrado ainda nesta área de Terra Firme um grupo escolar em alvenaria, construído pela Prefeitura de Boca do Acre, com duas salas de aula, com capacidade para 30 alunos cada, onde leciona duas professoras pagas pelo Município. Estudam nesta escola (6) seis crianças Apurinã da Aldeia Terra Firme, além de um imóvel que pertenceu à Panair e que é utilizado pela FAB, onde funciona uma estação de rádio para controle de vôos. Encontrou-se ainda um posto de saúde da SUDEMA instalado numa residência onde o Chefe de Família é o responsável..

No dia (15) ou seja na manhã do dia seguinte fomos novamente a Aldeia Monte Verde, já acompanhados pelo novo Chefe do PI, Anacleto que havia chegado no dia anterior, com o objetivo de fazer um levantamento da infra-estrutura existente na área do Sr. Adão Nunes Barbosa (Mincirinho) e os Apurinã Piau, Martin, sua filha e Valdemar. Quando entramos pela propriedade,

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

= 15 =

encontramos o pai do Sr. Adão que não se mostrou muito feliz com nossa presença ali, sugerindo que saíssemos pois ali era lugar de trabalho e não admitia vagabundos na propriedade. Se quiséssemos ver a documentação, fôssemos a Boca do Acre que ali teríamos acesso no cartório.

A infra-estrutura desta propriedade consiste no seguinte: sete casas de empregados, uma escola, uma casa sede com barracão, curral e todas as benfeitorias necessárias para a criação de gado.

Dia 16, fomos a Boca do Acre, onde voltamos a manter contato com o Chefe da AJACRE para cobrar o dinheiro a fim de que os trabalhos de derrubada pudessem continuar como o previsto, além de colocá-lo a par da situação na área e informá-lo mais uma vez de que os índios continuavam com insistência, a exigir que as promessas feitas fossem concretizadas demonstrando dessa forma que estavam cansados de palavras, queriam ações concretas. Aproveitamos para informar ao Délcio que essas ações iniciais em muito ajudaria para o início do processo de reconciliação das facções existentes na área, e conseqüentemente ajudaria no bom relacionamento entre a nova administração do PI e a comunidade indígena o que serviria de ponto de partida para a realização de um trabalho produtivo da AJACRE.

No INCRA entramos em contato com o Executor do Projeto Fundiário em exercício, Dr. Mário Correa de Moraes, que na ocasião nos explicou das dificuldades que aquele órgão está tendo em decorrência da indefinição da FUNAI, com relação aos limites da área indígena Camicua, pois só a partir do momento em que a FUNAI tomar uma decisão definitiva é que terão condições de concluir a discriminatória que incide sobre aquela área. Nos explicou ainda, da existência de título definitivo da área do Sr. Adão Nunes Barbosa situada ao norte da reserva, parte da qual por direito deverá ser anexada a área indígena. Fomos informados ainda que na parte sul, existe um título pertencente a Prefeitura Municipal de Boca do Acre, onde estão localizadas as 27 famílias de posseiros. Existe ainda na parte sul, mais para oeste, a pretensão do Sr. Mário Diogo do Melo, a qual não poderá ser reco

Handwritten mark

nhecida por se tratar de área tradicional de castanhais e seringa da comunidade Apurinã e onde também estão localizados cemitérios indígenas.

INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE NA ÁREA

A infra-estrutura existente na Aldeia Ter
ra Firme resume no seguinte:

- 1 bomba d'água que não se encontra em funcionamento por falta de combustível;
- 1 espingarda calibre 32;
- 1 barco com capacidade para aproximadamente 2 toneladas, com motor rabeta de 8,5Hp, uso exclusivo de uma família.

Aldeia Monte Verde

- 1 casa com aproximadamente 40m², de madeira, em péssimo estado de conservação que serviu como barracão de seringa Ca-te-Espero do Sr. Edésio Frota e que atualmente serve como sede do PI Camicuã;
- 1 escola de paxiuba com aproximadamente 48m², construída pelos índios;
- 30 carteiras e
- 2 quadros negros, doados pela Prefeitura Boca do Acre;
- 1 motor montgomery de 3,4Hp usado para ralar mandioca.

ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA

Os Apurinã retiram sua subsistência principalmente da agricultura, até agora as roças eram pequenas e os produtos conseguidos nem sempre eram suficientes para alimentá-los o ano todo.

Cada chefe de família, faz uma roça, sendo a produção consumida pelos indivíduos de sua família elementar, plantando basicamente mandioca, arroz, milho e feijão.

O milho e arroz são plantados em fins de agosto e setembro, quase sempre consorciados e após sua colheita

planta-se o feijão em janeiro e fevereiro, usando também o con
sórcio milho, mandioca.

O tempo de uso de uma mesma terra varia con
forme fertilidade do solo. Normalmente, uma mesma terra é usada
durante 2 anos para arroz e milho, raramente conseguem boas co
lheitas quando utilizam de 3 a 4 anos.

Atualmente, não existe pomar nem hortas nas
aldeias, pois foram plantadas junto as margens do rio Purus e as
enchentes levaram toda a plantação. Algumas famílias têm criação
de galinhas, mas muito pouco, pois suas roças de milho são peque
nas dando apenas para sua alimentação.

A pesca também se constitui em um forte comp
nente para a dieta deste grupo. Ocorrendo, inclusive na época de
piracema a venda aos geleiros que navegam pelo Purus, variando o
preço do peixe grande entre 15,00 a 25,00 o kilo. As espécies fa
cilmente encontradas nesta época - grandes: Piramutaba, Tamba
qui, Pirapitinga, Surubin, Capararé, Dourado e Pirarucu; peque
nos: Mandin, Curimatã, Pacú, Peixe Cachorro e Sardinha.

A caça é também importante na dieta alimentar
do Apurinã, sendo no entanto difícil conseguir algumas espécies,
pois a região já está bastante habitada, embora com certa difi
culdade ainda pode ser encontrado - porquinho, veado, anta, pa
ca, tatu e cutia.

Algumas famílias Apurinã, principalmente a do
líder Alfredo (aprox. 50 pessoas), exploram a castanha e serin
ga, não sendo o suficiente para se constituir em produção comer
cial dominante.

A cultura material Apurinã quase inexistente, apo
nas 2 velhas Apurinã fazem algumas cerâmicas, usando o breu da
casca do jatobá na parte externa das peças, outros fazem pen
ras, balaios, alguidar para fazer biju, vassouras e cestas usan
do para isso o cipó titica e timbó-açú, chegando a vender na cida
de, principalmente vassouras, variando o preço entre 25,00/30,00
a unidade.

As casas Apurinã são construídas no estilo re
gional, elevadas do solo a altura que varia entre 50cm e 1m. A

maioria é construída de jauari, sendo algumas com restos de madeira. A distribuição espacial das mesmas é assimétrica. A água utilizada pelas aldeias é de cacimbas, nem sempre próximas às casas.

POPULAÇÃO

Os Apurinã, são um grupo de família linguística Aruak.

Observando os casamentos interétnicos na relação da população a seguir, constata-se que a maioria deles são de mulheres casadas com branco. Todos os Apurinã adultos falam a língua nativa, mas usando-a muito pouco, ressalta-se que os mais jovens e as crianças não falam, mas entendem perfeitamente. Os nomes próprios são usados no cotidiano em português, apesar de todos saberem seus nomes na língua.

A população é constituída de 26 famílias na aldeia de Terra Firme e 12 famílias em Monte Verde, perfazendo um total de 217 pessoas. Das 26 famílias de Terra Firme encontramos 84 do sexo masculino e 65 do sexo feminino, somando-se um total de 149 pessoas das quais 6 homens são brancos casados com índias.

Na aldeia Monte Verde das 12 famílias, 49 são homens e 29 mulheres, dos quais 2 são brancos e 1 é Manduruçu do Amazonas, casado com uma Apurinã.

A DISTRIBUIÇÃO POR IDADE, POR ALDEIA, É A SEGUINTE:

IDADE	MONTE VERDE			TERRA FIRME		
	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL
-1 a 5	8	5	13	22	13	35
6 a 10	8	5	13	11	14	25
11 a 15	6	2	8	5	7	12
16 a 20	4	3	7	9	5	14
21 a 25	1	1	2	6	7	13
26 a 30	-	3	3	8	3	11
31 a 35	1	2	3	6	3	9
36 a 40	1	2	3	6	3	9
41 a 45	3	1	4	1	2	3
46 a 50	3	1	4	-	3	3
50 E +	3	3	6	7	5	12
SI DE IDADE	1	1	2	3	-	3
TOTAL	49	29	68	84	65	149

O quadro indica uma população jovem, já que 39% de seu total, está na faixa entre -1 a 10 anos.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS

No que se refere ao processo de demarcação, ou seja limites da área, não existem dúvidas de que a reivindicação dos índios se trata de um direito inquestionável da comunidade. Diante da situação de revolta, tensão e até mesmo agressividade em que se encontravam os índios não houve possibilidade de se fazer

uma avaliação profunda e conjunta, das dificuldades que inevitavelmente surgirão na medida em que se inicie a demarcação já que não é interesse das autoridades municipais e estaduais a ampliação da área indígena o que já ficou claro em ocasiões passadas.

Outra preocupação deste grupo é que a FUNAI, deverá dar garantias reais a comunidade, quando do reinício do processo demarcatório, sob pena de surgir conflitos armados entre índios e brancos, já que esta população é facilmente manipulada pelo poderio político-econômico do Município de Boca do Acre e porque não dizer do Estado. A exemplo as invasões nas áreas indígenas do PI Camicuã e Boca do Acre, ocorridas em agosto de 1978 por um pelotão de choque da Polícia Militar de Manaus, armados a fuzis e metralhadoras, fazendo disparos, comandado pelo capitão Enivaldo Felipe de Moura a mando do então Governador Ministro Enoch Reis e Comandante Geral da PM do Amazonas, atendendo pedido do prefeito e câmara de vereadores de Boca do Acre.

Propostas

- demarcação imediata da área, visto cada vez mais se expandir os interesses econômicos na região, evitando assim novos conflitos com a população branca e entre os próprios índios;
- que a FUNAI entre em contato com o INCRA para reassentamento das 27 famílias de posseiros;
- ativar projeto da ASPLAN, já existente para este Posto Indígena;
- infra-estrutura necessária:
 - 1 casa para Chefe de Posto;
 - 1 enfermaria com todo equipamento necessário;
 - 1 escola;
 - 1 barco para 8 toneladas;
 - 1 motor de centro diesel de aprox. 24hp;
 - 1 ubá para aprox. 10 pessoas;
 - 1 motor de rabeta 9hp;
 - 1 estação de radiofonia;

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

= 21 =

- 1 grupo gerador;
- Reivindicações do grupo:
 - 2 moto-serras;
 - 2 arcos de pua;
 - 2 inchós;
 - 2 inchós goivo;
 - 2 serrotes;
 - 2 martelos;
 - 2 machados;
 - 2 terçados;
 - 2 enxadas;
 - 2 foices;
 - 2 pás;
 - 2 carrinhos de mão;
 - 2 plainas;
 - 2 espingardas calibre 16.

Brasília, de setembro de 1.979.

Ana Maria de R Lange
ANA MARIA RIBEIRO LANGE
Antropóloga

Aureo Araújo Falheiros
AUREO ARAÚJO FALHIROS
Engenheiro DGPI

Ronaldo Lima de Oliveira
RONALDO LIMA DE OLIVEIRA
Ch. PI Boca do Acre

DGPC/ANRL/dcs.